

## CONJUNTO ARQUITETÔNICO DO CARMO DO RECIFE: ESTUDO DA DOCUMENTAÇÃO DO ARQUIVO CENTRAL DO IPHAN\*

Ricardo de Aguiar Pacheco\*\*



**Resumo:** neste estudo, analisamos a documentação do processo de tombamento presente no Arquivo Central do IPHAN buscando historiar o processo de tombamento das Edificações que compõem o Conjunto Arquitetônico do Carmo, Recife, PE observando as informações históricas utilizadas para lhe atribuir valor simbólico. Nossa leitura dessa documentação percebe o uso de fontes históricas para reconstituir o processo histórico vivido pelo bem tombado. Ao mesmo tempo observa a incorporação de valores e significados construídos pela comunidade que utiliza o bem cultural. Evidenciamos, portanto, que a política pública de preservação não se faz descolada nem da produção historiográfica nem da memória social da comunidade.

**Palavras-chave:** Patrimônio Cultural. IPHAN. História do Recife.

CARMO ARCHITECTURAL COMPLEX OF RECIFE: STUDY OF THE DOCUMENTATION OF THE CENTRAL ARCHIVE OF IPHAN

**Abstract:** *in this paper we analyze the documentation of the IPHAN Central Archive concerning the state recognition the Architectural Complex of Carmo, Recife, PE. Our reading of this documentation perceives the use of historical sources to reconstitute the historical process lived by the cultural heritage. At the same time it observes the incorporation of values established by the community. We conclude that the public policy of preservation does not become detached from the historiographic production or the social memory of the community.*

**Keywords:** *Cultural Heritage. IPHAN. History of Recife.*

\* Recebido em: 27.05.2018. Aprovado em: 03.12.2018.

\*\* Doutor em História. Mestre em História. Licenciado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor em Licenciatura em Pedagogia, Licenciatura em História e Mestrado em História. Tem experiência nas áreas de História e de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: ricardo.aguiar.pacheco@gmail.com.



**E**m Pernambuco existe um amplo conjunto de bens patrimoniais reconhecidos como representativos das diversas identidades sociais que convivem e conviveram neste território em diferentes momentos. É possível afirmar que nesse conjunto de objetos culturais estão materializadas as visões de mundo de diversos grupos e agentes sociais. Mas, também estão formalizadas as perspectivas do passado produzidas em diferentes temporalidades. Para acessar esses valores culturais e suas relações com a memória social buscaremos identificar na documentação histórica do Arquivo do IPHAN as ações e os valores operados pelos agentes das estruturas estatais no processo de tombamento, e perceber as estratégias e os significados operados pelos grupos sociais que se veem representados nesses objetos culturais.

A Basílica de Nossa Senhora do Carmo, o Convento de Nossa Senhora do Carmo e A igreja de Santa Tereza da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo são edificações tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN localizadas na Cidade do Recife, PE. Esse registro junto ao órgão federal de proteção do patrimônio histórico, artístico e cultural reconhece a importância histórica e cultural destes bens e impõe ao Estado e à sociedade brasileira cuidados quanto a sua preservação material, mas também quanto a valorização dos significados simbólicos que lhes foram atribuídos e justificaram a proteção.

Neste estudo analisamos a documentação do processo de tombamento presente no Arquivo Central do IPHAN buscando, inicialmente, historiar o processo de tombamento desses bens observando as informações históricas utilizadas para atribuir valor simbólico a este bem cultural. Para então identificar os significados culturais atribuídos a estes bens na documentação produzida e guardada pelo órgão de preservação. Nesta reflexão sobre as práticas de preservação adotadas pelo Estado brasileiro buscamos perceber na documentação do arquivo institucional do IPHAN tanto as informações históricas como os valores e significados atribuídos pela comunidade a esses bens culturais que foram coletadas e guardadas pelo órgão. Para assim, evidenciamos que a política pública de preservação promovida por essa agência do Estado não se faz descolada nem da produção historiográfica, nem da memória social da comunidade.

Autores como Maurice Hawlbachs (1990) salientam que as memórias coletivas de uma comunidade são alimentadas pelas memórias individuais de seus membros. Essas falas sobre o passado são repassadas não apenas entre indivíduos do tempo presente, mas, também através das gerações, por meio de estruturas sociais complexas que implicam a construção e legitimação da versão de determinados sujeitos e de suas representações sobre o passado.

Se a memória coletiva tira sua força e sua duração por ter como base um conjunto de pessoas, são os indivíduos que se lembram, enquanto integrantes do grupo. Dessa massa de lembranças comuns, umas apoiadas nas outras, não são as mesmas que aparecerão com maior intensidade a cada um deles. De bom grado, diríamos que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes (HAWLBACHS, 1990, p. 69).

Acompanhando esse debate Ricoeur (2007) aponta que para a memória social se difundir pela coletividade é importante o papel dos sujeitos que se responsabilizam pela comunicação de dada representação do passado para seu grupo social. Esses agentes sociais, que chamou de “próximos,” são os indivíduos a quem a comunidade confia que guardem, em suas memórias individuais, as narrativas do passado e as informem aos demais.

Os próximos, essas pessoas que contam para nós e para as quais contamos, estão situados numa faixa de variação das distâncias na relação entre o si e os outros. [...] Assim, a proximidade seria a réplica da amizade, dessa *philia*, celebrada pelos antigos, a meio caminho entre o indivíduo solitário e o cidadão definido pela sua contribuição à *politeia*, à vida e à ação da polis. [...] Os próximos são outros próximos, outros privilegiados (RICOEUR, 2007, p. 141).

Acompanhando essa argumentação buscamos identificar, na documentação do Arquivo Central do IPHAN, localizado na Sede do Rio de Janeiro, como os objetos materiais são descritos em testemunhos individuais e incorporados à memória coletiva – tomando como caso o Conjunto



Arquitetônico do Carmo do Recife. Ou, no sentido contrário, percebemos esse arquivo como local de guarda das informações históricas e culturais que determinados indivíduos, em algum momento, consideraram relevantes serem preservadas e repassadas às gerações futuras. Portanto entendemos essa documentação arquivística como mecanismos de mediação entre as memórias individuais, e de quem as produziu, e a memória coletiva, aquela que se deseja difundida na comunidade sobre esses bens culturais. Entendendo, claro, que nesse processo ocorrem ressignificações (como descreve Hawlbachs) e se promovem esquecimentos (como alerta Ricouer).

## HISTÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL EM PERNAMBUCO

O estado de Pernambuco é um dos primeiros territórios da ocupação portuguesa na América sendo local de contato das diferentes culturas que formam a identidade nacional. A literatura científica tem explorado o processo de contato e sobreposição cultural sob a ótica de diferentes matizes teóricos e metodológicos identificando os inúmeros grupos sociais e a diversidade de valores culturais envolvidos nesse complexo processo histórico. Descrevendo a sociedade colonial do nordeste brasileiro Gilberto Freyre (2004, p. 43) utiliza o termo civilização alegando que:

Esse tipo de civilização, ilustra-o a arquitetura gorda, horizontal, das casas-grandes. Cozinhas enormes; vastas salas de jantar; numerosos quartos para filhos e hóspedes; capela; puxadas para acomodação dos filhos casados; camarinhas no centro para a reclusão quase monástica das moças solteiras; gineceu; copias; senzala. [...] Foi expressão sincera das necessidades, dos interesses, do largo ritmo de vida patriarcal que os proventos do açúcar e o trabalho eficiente dos negros tornaram possível (FREYRE, 2004, p. 43).

Uma produção acadêmica mais tradicional procurou na formação histórica das estruturas políticas e sociais os elementos de unidade social do território chamado de nordeste (LIMA *et al.*, 1975). Estudos clássicos como os de Manuel Correia de Andrade observam que foi na articulação entre elementos geográficos e interesses econômicos que as estruturas sociais se definiram (ANDRADE, 1998). Ao passo que autores como Leal (1948) destacam as formas de organização política no território.

Estudos mais recentes, a exemplo de Durval Muniz de Albuquerque Júnior, buscam evidenciar como um discurso identitário sobre o nordeste foi produzido apoiado em diferentes linguagens como a literatura e as artes concluindo que “este nordeste nada mais é que a regularidade de certos temas, imagens, falas, que se repetem em diferentes discursos” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 344). Seria ingenuidade supor que as políticas públicas para o patrimônio cultural não tenham procurado construir uma narrativa sobre o que seria o nordeste.

O campo do patrimônio cultural desde a muito se constitui como um campo multidisciplinar. Para Chuva (2009) o debate institucional acerca dos significados dos bens patrimoniais no Brasil dos anos 1930 e 1940 foram capitaneados pelos arquitetos. Mas desde década de 1980 é o campo da antropologia que dá maior visibilidade aos objetos da cultura imaterial. Mas historiadores como Ricardo Pacheco sustentaram a importância intervenção do historiador nesse campo de debate.

É ancorado no conceito de cultura, entendida como o conjunto de práticas e representações sociais de uma comunidade, que o patrimônio cultural emerge como objeto historiográfico. Ou seja, para além de ilustrar os textos sobre heróis e eventos, os objetos culturais passam, eles próprios, a ser objetos de reflexão historiográfica. Em outras palavras, o historiador passa a perguntar sobre a historicidade dos objetos culturais (PACHECO, 2017, p. 8).

A construção e difusão da memória sobre os diversos capítulos do passado regional faz uso de diversos recursos sendo a significação de objetos da cultura material e imaterial uma dessas estratégias. Inventariando o processo histórico vivido pela Igreja de São José do Ribamar, localizada na zona central do Recife, Pacheco (2016, p. 224) relaciona diferentes aspectos da vida urbana com esse bem patrimonial.



Através dela a Cidade nomeia toda região de seu entorno; a cidade percebe seus antigos limites junto ao Rio Capibaribe; a cidade observa o resultado do trabalho de gerações de associados as irmandades. Enfim a Igreja de São José do Ribamar possibilita que os habitantes da cidade percebam no tempo presente diferentes passados (PACHECO, 2016, p. 224).

A historicidade das práticas culturais e as mobilizações por seu reconhecimento como elemento identitário são foco de diversos estudos históricos. Investigando a historicidade da literatura de cordel Ângela Farias Grillo encontra nesta forma literária tanto elementos comuns a publicações europeias como características originais que a tornam única, que a tornam elemento identitário da região (GRILLO, 2015). Já Costa (2009), investigando a trajetória histórica da comunidade afrodescendente construída em torno da figura de Mão Biu, conclui que a construção e a difusão de uma memória coletiva fortalecem os laços identitários dos grupos sociais.

Em estudos desenvolvidos no interior do Programa de Pós-graduação em História da UFRPE, no interior da linha de pesquisa Cultura, Memória e Patrimônio pode-se perceber os processos históricos que levam bens culturais materiais e imateriais a serem significados como elementos simbólicos das identidades coletivas. A dissertação de Maior Jr. historiciza o grupo de brincantes de cavalo marinho e as memórias de seus mestres (MAIOR JUNIOR, 2014). Operação semelhante à realizada por Nathalli Emanuelle Araújo da Silva com os moradores da Vila Velha de Itamaracá que traz a vista como essa comunidade entende o processo de patrimonialização de seu espaço social (SILVA, 2014). Ao passo que Diego Gomes dos Santos faz um levantamento da legislação do Estado de Pernambuco sobre a preservação do patrimônio identificando os limites, as sobre posições e conflitos inerentes a uma legislação produzida em diferentes momentos históricos (SANTOS, 2015).

Nestes e outros estudos é possível perceber o processo de legitimação social dos objetos culturais como bens patrimoniais representativos das identidades de diferentes grupos sociais – e interesses materiais – observamos o papel dos instrumentos da política pública para o patrimônio como uma das tantas ferramentas dessa disputa no campo simbólico simbólica.

O processo de significação dos bens culturais em Pernambuco teve início ainda no século XIX quando diferentes intelectuais registraram os valores culturais das populações deste território. Desde então objetos da cultura material e imaterial são reconhecidos como portadores de valores identitários. Uma iniciativa pioneira neste sentido pode ser reconhecida na estruturação do Museu do Instituto Arqueológico, Histórico Geográfico de Pernambuco em 1866 (INSTITUTO ARQUEOLÓGICO, 2017). Desde então este espaço reúne um acervo de cerca de 2.500 bens culturais. Nesse acervo temos a enunciação de um conjunto de valores e significados como próprios e distintivos do território de Pernambuco e de sua gente. Esses enunciados perduram como memórias na sociedade do presente necessitando serem desnaturalizados e investigados em sua historicidade.

Na primeira metade do século XX o Estado brasileiro, acompanhando o movimento de outras nações do ocidente, passa a instituir legislação própria de defesa e de preservação de seu patrimônio histórico, artístico e natural. Na década de 1920 foram criadas Inspetoria Estadual de Monumentos nos Estados de Minas Gerais (1926) da Bahia (1927) e de Pernambuco em 1928 (FONSECA, 1997). O estudo de Rodrigo Rodrigues (2010) observa que a iniciativa do Governo do Estado de Pernambuco de 1927 se relaciona ao o processo de modernização urbana vivenciado na cidade do Recife no início do século XX e a emergência de um sentimento de perda da identidade regional. Situação a ser resolvida pela instalação de uma política pública de preservação do patrimônio cultural inspirada por uma geração de intelectuais.

O decreto nº 25, de 30 de novembro de 1937 institui a primeira iniciativa legal de preservação a nível federal que sintetiza e organiza uma série iniciativas anteriores tomadas em diversos estados da união. Desde então sucessivas normativas legais atualizam os procedimentos e intenções do Estado nacional quanto ao patrimônio. Entre outras medidas legais podemos destacar que em 1940 é incluída no Código Civil penalidade para a destruição de coisa tombada. Em 1961 é regulamentado o manuseio de documentos arqueológicos e pré-históricos em território nacional. Em 1972 é ratificada no Brasil o texto da “Convenção sobre as Medidas a Serem Adotadas para Proibir e Impedir a Importação, Exportação e Transferência de Propriedade dos Bens Culturais,” aprovada pela XVI Sessão da Unesco, realizada em Paris, em novembro de 1970 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2010). No último quartel do



século XX outras iniciativas legais do Estado de Pernambuco igualmente ampliaram e refinaram o processo de reconhecimento dos objetos culturais materiais e imateriais como bens patrimoniais. A legislação do Estado de Pernambuco sobre o patrimônio cultural passa a ser orientada, entre outras, pela Lei nº 7.970/79 que institui e ordena os processos de tombamento pelo estado (FUNDARPE, 2009).

No seu amplo estudo sobre o processo de construção do patrimônio histórico no Brasil, Maria Cecília de Londres Fonseca aponta que na década de 1930 os técnicos do IPHAN tiveram maior autonomia para a definição dos bens a serem tombados se utilizando de critérios mais pessoais do que institucionais para justificar essas escolhas.

Na fase heroica, o processo de decisão quanto à seleção e à valoração dos bens a serem tombados era conduzido quase exclusivamente pelos funcionários da instituição ou por seus colaboradores (FONSECA, 1997).

Sua análise aponta que na maioria das vezes prevaleciam nos pareceres técnicos os valores estéticos do bem e a percepção destas pela pessoa que fazia o inventário ou a avaliação. Fonseca exemplifica essa situação com alguns casos isolados de diferentes regiões do país evidenciando a preferência pelo estilo barroco, mas não faz menção pontual aos bens tombados em Pernambuco. O que nos permite apontar a necessidade de estudos detalhados sobre o conjunto das edificações tombadas pelo IPHAN nesse Estado para identificar os valores e as significações atribuídas a esse conjunto nos processos de tombamento no período a fim de verificar essa vinculação.

Na obra *Os arquitetos da memória*, Chuva (2009) analisa os processos administrativos de tombamento e de intervenção em alguns bens culturais nas décadas de 1930 e 1940. Observando a documentação e a correspondência interna destes processos identifica não apenas os trâmites burocráticos do processo de tombamento, mas também os significados e os valores atribuídos às edificações pelos agentes envolvidos (CHUVA, 2009). Entendemos que exercício semelhante, aplicado ao conjunto de bens tombados em Pernambuco nas décadas de 1930 e 1940, pode evidenciar as representações sobre o passado e a identidade dessa localidade.

O debate acerca dos valores culturais dos bens patrimoniais mobiliza muitos sujeitos e interesses diversos e divergentes. De um local falam os agentes do Estado responsáveis pela execução de uma política pública de preservação do patrimônio cultural. De outros vértices falam diferentes grupos sociais e de interesses que desejam – cada qual por seu motivo particular – a preservação, ou não, de um bem cultural e de um determinado valor. Existem ainda as posições do campo acadêmico, como outro polo, que procura entender a dinâmica social do uso simbólico dos objetos culturais.

Sobre esse último setor Poulot (2009, p. 12) nos alerta que:

Tal como é praticada a uma geração, com êxito incontestável, a história do patrimônio é amplamente a história da maneira como uma sociedade constrói seu patrimônio”.

Na mesma direção entendemos que a investigação sobre os objetos patrimoniais deve buscar entender como as sociedades e os grupos sociais selecionam e difundem bens culturais como patrimônio.

O conceito antropológico de cultura, tal como proposto por autores como Geertz (1989), nos alerta que os objetos culturais – sejam eles materiais ou imateriais – estão carregados de sentidos que cada grupo social lhes atribui e significa. Nessa visão a cultura humana opera processos de atribuição de sentidos às práticas sociais e seus suportes. De tal forma que o estudo contemporâneo dos bens patrimoniais busca perceber não tanto a origem mítica ou verdadeira da trajetória de um objeto, mas sobretudo os sucessivos processos de significação por que passaram os objetos de memória.

É ainda Poulot (2009, p. 13) que nos alerta sobre essa possibilidade das múltiplas dimensões de um mesmo objeto patrimonial:

O patrimônio define-se, ao mesmo tempo, pela realidade física de seus objetos, pelo valor estético – e, na maioria das vezes, documental, além de ilustrativo, inclusive de reconhecimento sentimental – que lhes atribui o saber comum, enfim, por um estatuto específico, legal ou administra-



tivo. Ele depende da reflexão erudita e de uma vontade política, ambos os aspectos sancionados pela opinião pública; essa dupla relação é que lhe serve de suporte para uma representação da civilização, no cerne da interação complexa das sensibilidades relativamente ao passado, de suas diversas apropriações e da construção das identidades.

Os objetos patrimoniais, portanto, devem ser analisados como resultado das significações que lhe são atribuídas pelos múltiplos agentes envolvidos no processo de significação. Assim François Hartog adota a ideia do patrimônio como semióforos, ou seja, como objetos investidos de significação simbólica que trazem para o tempo presente representações de um tempo passado. E sobre a ordem de tempo envolvida nesse processo de significação cultural acrescenta que:

O patrimônio torna visível, expressa uma certa ordem do tempo, na qual a dimensão do passado conta. Trata-se, porém, de um passado do qual o presente não pode ou não quer se desligar completamente. Quer se trate de celebrá-lo, imitá-lo, conjura-lo, de extrair prestígio dele ou apenas poder visitá-lo (HARTOG, 2013, p. 197).

Nessa visão os objetos patrimoniais são a materialização das memórias que um dado presente desejou projetar para o seu futuro. O que o próprio François Hartog nomeou de 'álgos ego' da memória. Para autores como Halbwachs (2006) e Le Goff (1996) a memória social é uma construção simbólica dos grupos humanos que contribuem nos processos de construção da identidade.

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia (LE GOFF, 1996, p. 476).

Entende-se aí que o patrimônio é uma seleção de objetos culturais com os quais cada sociedade, ou grupo social, busca materializar e evidenciar sua memória social criando e reforçando laços identitários entre os seus membros.

Para autores como Candau (2014) essas representações sobre o passado do grupo social são incorporadas à identidade do sujeito histórico. O que por sua vez implica na formação da consciência que esse sujeito tem de si próprio e do processo histórico vivido por sua comunidade.

De fato, é o conjunto da personalidade de um indivíduo que emerge da memória. [...] Através da memória o indivíduo capta e compreende continuamente o mundo, manifesta suas intenções a esse respeito, estrutura-o e coloca-o em ordem (tanto no tempo como no espaço) conferindo-lhe sentido (CANDAU, 2014, p. 61).

É nessa confluência que memória, patrimônio e identidade se misturam e se articulam produzindo uma dada coesão social através do que Maurice Halbwachs (2006) chamou de "quadros de memória." Nesta reflexão não se trata apenas de verificar historicamente a precisão dos fatos ocorridos, a correspondência da memória com a documentação histórica e com as conclusões da pesquisa histórica, mas de verificar os quadros explicativos onde a versão materializada pelo patrimônio preservado e exibido se inserem.

Não se pode concentrar num único quadro a totalidade dos acontecimentos passados senão na condição de desliga-los da memória dos grupos que deles guardavam a lembrança, romper as amarras pelas quais participavam da vida psicológica dos meios sociais onde aconteceram, de não manter deles senão o esquema cronológico e espacial. Não se trata mais de reviver em sua realidade, porém de recoloca-los dentro dos quadros nos quais a história dispõe os acontecimentos, quadros que permanecem exteriores aos grupos, em si mesmos, e defini-los, confrontando-os uns aos outros (HALBWACHS, 1990, p. 85).

A investigação das operações simbólicas que se operam com o patrimônio cultural, com a memória e a identidade deve então considera-los inseridos no intenso campo de disputa simbólica pela possibili-



dade de construção imaginária do real. Para Sandra Pesavento o imaginário social, não sendo o próprio real, comunica ao sujeito histórico como sua comunidade interpreta e significa os objetos culturais.

O imaginário é, pois, representação, evocação, simulação, sentido e significado, jogo de espelhos onde o ‘verdadeiro’ e o aparente se mesclam, estranha composição onde a metade visível evoca qualquer coisa de ausente e difícil de perceber. Persegui-lo como objeto de estudo é desvendar um segredo, é buscar um significado oculto, encontrar a chave para desfazer a representação do ser e parecer (PESAVENTO, 1995, p. 24).

Sejam as comunidades simples, sejam os estados nacionais, sejam os grupos sociais marginalizados, todos os grupos e estruturas políticas entendem a necessidade de se estabelecer e legitimar laços simbólicos que mantém unidos os membros da comunidade. Sendo o patrimônio cultural e a memória social um desses elos de ligação simbólica.

A investigação acadêmica sobre as políticas patrimoniais, pautada pelo entendimento dos bens patrimoniais como resultado de complexas operações de significação e valoração de objetos culturais no interior do campo simbólico implica em identificar e interpretar os sentidos atribuídos aos bens culturais em diferentes momentos e por diferentes grupos sociais nos processos de construção das identidades. Como nos alerta François Hartog o objeto cultural elevado à categoria de patrimônio se torna metáfora do passado da comunidade.

Passando para o lado da memória, ele se torna memória da história e, como tal, símbolo de identidade. Memória, patrimônio, história, identidade, nação se encontram reunidos na evidência do estilo escurto do legislador (HARTOG, 2013, p. 195).

Nesse entendimento, interessa observar como os diferentes sujeitos históricos e grupos sociais atribuem valores distintos a um mesmo bem patrimonial procurando preservar – ou apagar – os sinais de determinada memória social. Mas também implica reconhecer que um mesmo bem patrimonial pode ter seu significado cultural alterado no transcorrer de tempo.

Utilizando os relatórios guardados no Arquivo Geral do IPHAN sobre o Conjunto Arquitetônico do Carmo procuramos perceber os significados atribuídos pelos agentes responsáveis pela política de preservação do patrimônio histórico cultural a estes bens culturais. Buscamos identificar, nesta documentação, quais elementos históricos e culturais foram mobilizados para justificar sua inclusão na política pública de preservação patrimonial. Ou, de outra forma, observar os elementos da memória individual sobre o Conjunto Arquitetônico do Carmo do Recife que foram convertidos em memória coletiva (HAWLBACHS, 1990) por meio das lembranças e esquecimentos socialmente produzidos pelos próximos (RICOEUR, 2007).

## O PROCESSO DE TOMBAMENTO

A Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo foi objeto de Processo de Tombamento 125-T-38 de movido no SPHAN – sigla do órgão a este tempo – sob a orientação do Decreto-lei nº 25/1937. Por este processo a edificação foi inserida no *Livro de Tombo das Belas Artes* no dia 30 de maio de 1938. Já o Convento e Igreja de Nossa Senhora do Carmo do Recife são objeto do Processo de Tombamento 148-T-38 movido pelo IPHAN. Por este processo essas duas edificações geminadas entre si foram inseridas no *Livro de Tombo Histórico* e no *Livro de Tombo das Belas Artes* no dia 5 de outubro de 1938.

Ambos os processos se desenrolaram no primeiro ano da legislação de preservação do patrimônio. Neste momento, segundo Londres Fonseca (2009, p. 81), o órgão, capitaneado por Rodrigo de Melo Franco, procurava proteger um conjunto de edificações representativas do passado colonial com vistas a produzir uma imagem da identidade nacional.

Dessas ações administrativas o Arquivo Central do IPHAN mantém um fundo nomeado de “inventário” onde estão armazenados documentos relativos a cada um dos bens que foram objeto de processos de tombamento (independente do deferimento ou não do pedido). Essa documentação, sobretudo a mais antiga, não apresenta uma regularidade, tão pouco características únicas. Analisado



outro fundo do mesmo arquivo Chuva (2009) constatou a diversidade dos documentos e procedimentos administrativos e a justificou pela demora em se formalizar os procedimentos institucionais do complexo processo de tombamento de bens.

A enorme diversidade de tipos de documentos encontrada na documentação que constitui a *Série Conservação e Restauro – Assunto Obras* é resultado, principalmente, da ausência, naquele momento, de regras ou procedimentos administrativos formalmente constituídos para a realização das ações no sentido da conservação ou da restauração do patrimônio histórico e artístico nacional (CHUVA, 2009, p. 292).

Para nosso estudo utilizamos os documentos armazenados no Arquivo Geral do IPHAN, Fundo Inventário, nas Caixas nº 310, 325 e 346. Como era comum nos primeiros anos do então SPHAN esses dois processos de tombamento contam com pouca documentação administrativa mas incluem estudos sobre os significados desses bens.

Os processos observados se iniciam com ofícios notificando o proprietário, no caso a Província Carmelita de Pernambuco, do tombamento e suas respostas aceitando. Já na primeira resposta do responsável pelas edificações religiosas a notificação de tombamento ouvimos a solicitação de financiamento para a conservação de outra edificação pertencente a ordem religiosa.

Também peço licença para lembrar a esse serviço o péssimo estado do Convento do Carmo de Olinda, cuja construção foi iniciada em 1850, primeira igreja levantada pela Ordem do Carmo no Brasil, cuja restauração está a exigir quantia que não podemos dispor (IPHAN, Processo 148-T-38).

Assim vemos que a motivação do religioso, ao aceitar a proteção estatal do bem, é a expectativa de receber recursos estatais para a manutenção da edificação. Nenhuma atenção é dada ao fato de que o tombamento implica em limitações no uso do imóvel e nas obrigações de cuidados especiais de conservação e preservação das características de valor histórico e cultural. Questões que não estavam claras nesses primeiros momentos da política de tombamentos.

As pastas do Arquivo Central do IPHAN referentes ao Conjunto Arquitetônico do Carmo do Recife também guardam uma coletânea de informações sobre a história dessas edificações. São transcrições datilografadas de trechos de obras de referência histórica. Esse tipo de material também está presente em pastas referentes a outros bens tombados. Assim percebemos que, para identificar os valores culturais destes bens, a equipe técnica do órgão promoveu um levantamento bibliográfico sobre a história dessas edificações. Essas notas bibliográficas cumprem a função de reconstituir, através de revisão bibliográfica, tanto a história das edificações como dos eventos significativos da história que ali tiveram lugar. Evidenciam, portanto, o esforço de coleta de informações históricas sobre os bens tombados.

As pastas do Arquivo Geral do IPHAN sobre a Igreja e Convento do Carmo do Recife guardam as transcrições das seguintes obras:

Sebastião de Vasconcelos Galvão. Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1921.

Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. vol. 28. Informação Geral da Capitania de Pernambuco. p. 414. 1928.

D. Domingos do Loreto Couto. Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco . Vol 1. Livro III. Cap. 6. p. 163.

Ilustração Brasileira . Rio de Janeiro, nº 3. 1922 (Revista do IHGB).

Observemos que nesse primeiro conjunto vemos transcrições de publicações da década de 1920. Uma consulta ao catálogo da Biblioteca Nacional, também localizada no Rio de Janeiro, nos permite encontrar estas obras o que aponta para um provável local de consulta.

Mas as pastas do arquivo também guardam fotocópias de obras mais recentes evidenciando um segundo esforço de coleta e arquivamento de referências bibliográficas sobre os bens tombados. Neste segundo bloco temos fotocópias de páginas das seguintes obras:



COSTA, Francisco Augusto Pereira da. Anais Pernambucanos. Recife, Arquivo Público Estadual, 1952. v. 4. p. 163-172.

MELO, José Antônio Gonçalves de. Um mascate e o Recife. Prefeitura da Cidade do Recife, Secretaria de Educação e Cultura, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981.

As pastas referentes a Igreja de Santa Tereza da Ordem Terceira do Carmo do Recife, também guardam transcrições de trechos das mesmas obras no que elas se referem a essa segunda edificação do conjunto evidenciando que o esforço dedicado a uma foi também aproveitado para a outra.

Uma crítica documental externa, ainda que superficial, desta documentação nos permite entender que as referências datilografadas resultam de uma primeira pesquisa bibliográfica produzida, provavelmente, na década seguinte ao tombamento. Ao passo que as cópias fotocopiadas foram juntadas ao arquivo em período mais recente. O que nos leva a supor a realização de ao menos dois levantamentos bibliográficos, em momentos diferentes, sobre a história dessas edificações. Essa bibliografia nos permite reconstituir a história dessas edificações que aqui refazemos muito brevemente naquilo que interessa a nossa reflexão.

Pereira da Costa (1976) é o autor que mais se dedicou a estudar a história da Ordem Carmelita em Pernambuco e sustenta que os frades carmelitas ocuparam o terreno onde se situa o conjunto arquitetônico entre 1662 e 1667, quase uma década após a retomada desse território da ocupação holandesa, quando iniciam-se as solicitações da ordem carmelita ao monarca português para permitir a construção do Convento e sua respectiva igreja em Recife. Esta autorização régia, contudo, somente é editada em 1687, data na qual já se tinha iniciado a construção da igreja.

O historiador Mello (1981), por sua vez, utiliza o testamento do Capitão Diogo Cavalcante de Vasconcelos, datado de 1685, para atestar que este assumiu, em testamento, o compromisso de financiar a construção da Igreja do Convento dos Carmelitas do Recife. Também cita o testamento do Mestre de Obras Antônio Fernandes de Matos, de 1701, que se refere a conclusão da ala norte do convento.

As informações constantes da bibliografia arquivada nos dão conta que as três edificações do Conjunto Arquitetônico do Carmo do Recife têm origem nas últimas décadas do século XVII. A conclusão da nave da Igreja é referida em comunicação do Fr. Pascoal de Sta. Tereza ao Conselho Ultramarino de 1742. Esses registros deixam anotado que em 1754 foi colocado o sino na torre, sendo o frontispício concluído em 1767. Nessa segunda metade do século XVIII essas edificações ganham projetam no centro urbano. Podemos dizer que a fachada do mosteiro, com seus três pisos, se destacava diante das casas e sobrados baixos do seu entorno. Já a fachada da Igreja, que chega aos 50 metros de altura, eleva a torre sineira no cenário urbano da vila do Recife.

O historiador José Antônio Gonçalves de Mello (1981) ainda descreve que no início do século XVIII o Convento do Carmo de Recife foi local de abrigo para os combatentes da sedição que culminou com a elevação da Cidade do Recife fazendo desta edificação testemunha desses eventos históricos. Já na virada para o século XIX o Mosteiro do Carmo do Recife reúne um grupo de letrados que ali difundiam as ideias liberais do período estando, entre estes, o Frei Caneca, liderança da Revolução de 1817 e da Confederação do Equador. Esses personagens colocam o Convento do Carmo no centro das revoltas liberais ocorridas em Pernambuco.

A bibliografia arquivada também aponta que em 1894, após o advento da República, o Mosteiro do Carmo passa a ser administrado por freis de origem espanhola que implementaram um plano de reformas da Igreja de Nossa Senhora do Carmo que se estende até a década de 1920 acrescentando novos adornos e retirando elementos anteriores. Do ponto de vista simbólico, neste período, são realizadas iniciativas que colocam a Igreja do Carmo do Recife em lugar de destaque na cidade. São feitas petições ao Papa que, em 1919, reconhecesse a Nossa Senhora do Carmo como co-padroeira do Recife, ao lado de Santo Antônio, simultaneamente reconhece o templo como Basílica. Em estudo sobre a Festa do Carmo, Bartolomeu de Medeiros (1987) aponta que na década de 1920 ganha vulto a Procissão do Carmo se tornando um evento religiosos que mobiliza toda cidade.

Assim a Igreja de Nossa Senhora do Carmo entra no século XX sendo reelaborada física e simbolicamente. Do ponto de vista estrutural lhe são acrescentados adornos. Simbolicamente ela passa a



receber uma série de novos significados que a destacam na vida religiosa da cidade. Esses movimentos, observados em conjunto, nos dão testemunho da importância da Igreja a comunidade católica e para a cidade como todo.

Quando, na década de 1930, tem início a política de preservação do patrimônio histórico nacional as edificações do Conjunto Arquitetônico do Carmo do Recife são logo inseridas como objeto do estatuto para tombamento e, ainda no ano de 1938, estas edificações são incluídas no *Livro de Tombo Histórico e Livro de Tombo das Belas Artes*. Recebendo o reconhecimento oficial de seu valor cultural.

## O DOSSIÊ DE FREI PRATT SOBRE O CARMO DO RECIFE

O Arquivo Central do IPHAN guarda uma dupla de relatórios de pesquisa intitulados (um) “Convento do Carmo Recife – Pernambuco” (Fundo Inventário, Caixa 346) e (outro) “Ordem Terceira do Carmo Recife (Pernambuco)” (Fundo Inventário, Caixa 310). Esses dois documentos são fotocópias de textos datilografados e não estão datados. Mas sua estrutura, linguagem e informações presentes indicam que tenham sido produzidos na década de 1940.

O relatório sobre o Convento do Carmo do Recife tem 16 páginas. Já o da Ordem Terceira do Carmo do Recife tem 5 páginas. Ambos apresentam a mesma estrutura de tópicos. Qual seja: designação, autoria, época, situação, proprietário, referências bibliográficas, observação, caracteres descritivos. O documento sobre o Convento do Carmo apresenta ainda o tópico *honorarias*, item que não se aplica a segunda edificação.

O documento sobre o Convento Carmo apresenta o nome de Frei André Pratt manuscrito ao final querendo lhe atribuir a autoria deste estudo. A estrutura idêntica e o estilo de escrita nos dois documentos nos permite entender que o mesmo autor tenha produzido esses dois estudos. O Frei Carmelita Frei Pratt viveu no convento do Recife sendo Provincial da ordem nos anos 1910 (A Província, 15/10/1910. p.2). Ele publicou livro sobre a história da ordem Carmelita no Brasil (Pratt, 1941) na década de 1940, período em que os estudos arquivados provavelmente foram produzidos.

Os relatórios arquivados sobre as duas edificações iniciam relacionando-os diretamente com as ordens religiosas que as construíram. Sobre a instalação da ordem carmelita em Recife o estudo assinado por Pratt (s/d, p. 1) diz que:

O que, porém, está fora de dúvida - comprovado pelo Livro do Tombo do próprio convento, fls. 34 - é que pouco antes da indicada libertação batava, já os carmelitas se achavam estabelecidos na villa do Recife, pois consta que em 1641, D. Maria de Almeida lhes fez doação de umas casas.

Já o documento referente a Ordem 3ª dos Carmelitas apresenta que:

Tal fundação [da Ordem 3ª em Recife] foi promovida, muito antes de 1695, por alguns irmão residentes na povoação do Recife, que haviam recebido o habito carmelitano e feito sua profissão no Convento do Carmo de Olinda” (PRATT, s/d, p.1).

Nessa argumentação vemos que o primeiro elemento – se não o mais importante – a ser lembrado é a vinculação desses bens culturais ao grupo social que o edificou: os membros da Ordem Carmelita.

Na sequência do relatório lemos, no item “caracteres descritivos” (p. 4), a descrição de alguns elementos arquitetônicos das edificações. Sobre a Igreja de Santa Tereza é descrito que ela possui “singela arquitetura”. Mas o destaque dessa edificação, para o autor do estudo, são “69 grandes e ricos painéis representando diversas passagens da admirável vida de santa Theresa de Jesus” colocados no forro e nas paredes da nave central. O segundo destaque arquitetônico são os painéis em azulejo policromado também representando a vida de Santa Tereza dispostos nos corredores de entrada da sacristia.

No estudo sobre o Convento do Carmo o item “caracteres descritivos” (p. 4) apresenta uma longa sequência de elementos arquitetônicos valorados como significativos do bem cultural. O mosteiro não teve construído o edifício do fundo do convento que fecharia o pátio interno. Mas ainda assim se



ressalta as grandes dimensões da edificação: suas paredes grossas, as escadarias largas, a quantidade de celas, a biblioteca, a capela do Capítulo.

Este item do relatório sobre o convento aponta que a torre localizada no fim do prédio lateral seria vestígio do Palácio da Boa Vista construído por Maurício de Nassau abrindo a possibilidade de uma ligação da edificação com o período histórico privilegiado no debate historiográfico pernambucano. Informe que não encontra amparo nas notas bibliográficas reunidas no arquivo. A seguir o relatório lista alguns eventos históricos ocorridos na edificação como o Concílio dos “Bispos do Brasil septentrional” ocorrido em 1919 (p. 4). Mas não toca em eventos políticos da história nacional como a Revolução de 1917 nem lembra que Frei Caneca, liderança intelectual do movimento liberal, viveu no Convento do Carmo e teve seu corpo enterrado no mosteiro.

Vemos portanto, que ocorreu uma seleção de eventos históricos a destacar – a vinculação a administração holandesa – e outros a minimizar – a doação feita pelo capitão das tropas que expulsaram os holandeses – ou a ocultar – a tradição liberal do mosteiro. Opções que dialogam com a historiografia regional.

No que toca a Igreja do Carmo do Recife o estudo destaca suas características arquitetônicas:

A igreja pela sua grandeza, estrutura e bellas disposições é um dos primeiros monumentos religiosos de Pernambuco, quer apreciada no seu aspecto geral, quer particularmente nos seus detalhes; a forma e a disposições architectônicas revelam que o seu estylo é barroco (PRATT, s/d. p. 5).

A seguir passa a descrever os elementos que permitem sua caracterização como arquitetura barroca. É lembrada a espessura de suas paredes, os elementos decorativos do frontispício, e sua torre (no singular, posto que a segunda torre não foi terminada). Também é destacada a grande dimensão da edificação que possui 35m de profundidade por 15m de largura. Dimensão que permite a existência, no seu interior, de 3 capelas e 12 altares. São mencionados elementos decorativos destes nichos como as imagens religiosas, a talha e o dourado das madeiras. É considerado dado o ano 1767 como término da construção. E mencionado que, posteriormente, ocorreram acréscimos construtivos em 1857 e 1905. Assim o texto minimiza as intervenções mais recentes e reforça a interpretação da edificação como exemplar arquitetura barroca em Pernambuco (OLIVEIRA; RIBEIRO, 2015).

O relatório também identifica os altares que têm, ou tiveram, alguma ordem religiosa como responsável. Um outro destaque do relatório são as personalidades que tiveram seus restos mortais colocados no interior da edificação. Mas isso é feito sem lembrar que o templo mantém um grande ossuário em atividade. Desta forma evidencia a importância do templo não apenas para a Ordem dos Carmelitas, mas para o conjunto da comunidade católica da cidade.

No item “honorarias” o estudo lista os títulos da Igreja Católica apostólica Romana atribuídos a Igreja do Carmo do Recife. Em 1908 a santa foi proclamada padroeira da Cidade do Recife sendo que em 1918 houve a coroação da imagem. Em 1917 o templo foi considerado como agregado a Patriarchal Basílica Vaticana e 1920 recebeu o título de Basílica. Aqui vemos assim a mobilização de valores atribuídos pela estrutura religiosa como reforço do valor simbólico do bem cultural para a sua comunidade.

Como vemos nestes dois estudos, o Frei André Pratt mobiliza diferentes elementos como estratégia de atribuição de valor cultural as edificações do Conjunto Arquitetônico do Carmo do Recife. Inicia sua valoração como edificação erguida pela ordem carmelita, mas que atende a toda a comunidade católica. Descreve sua estrutura física destacando a grandeza de suas dimensões e a vinculando ao estilo barroco. Mas finalmente retoma sua importância para a comunidade católica que ali mantém os serviços religiosos de diferentes ordens. Nesses argumentos vemos a valoração da edificação como templo religioso grandioso e importante. Grandioso pelas dimensões que possui, importante pelo conjunto de atividades e grupos religiosos internos do catolicismo que dela fazem usos.

## HISTÓRIA E MEMÓRIA DOS BENS CULTURAIS

Neste estudo da documentação arquivada sobre o Conjunto Arquitetônico do Carmo do Recife procuramos observar os significados culturais atribuídos a estas edificações para justificar a sua incorpo-



ração e na política pública de preservação. Essa análise documental nos faz perceber que a política pública de preservação incorporou ao processo administrativo tanto a produção historiográfica sobre estes bens como também mobilizou um intelectual ligado a comunidade carmelita para sistematizar uma narrativa do passado dessas edificações. Produziu-se, assim, uma representação do passado que satisfizesse tanto a comunidade de sentidos que a utiliza como a agência de preservação. Processo que resultou na consolidação de uma narrativa sobre o passado dessas edificações junto a memória coletiva da comunidade (HAWLBACHS, 1990).

Como vimos o Arquivo Geral do IPHAN guarda um conjunto de transcrições resultantes de pesquisa bibliográfica sobre a história das edificações. É através destas notas bibliográficas que foi possível reconstituir a narrativa sobre o processo de construção da edificação. Através desta documentação é possível situar o início de sua construção no final do século XVII. Bem como estabelecer a série de acréscimos e reformas que sofreu até o início do século XX.

Mas o documento mais significativo deste arquivo são os dois relatórios produzidos pelo Frei André Prat sobre essas edificações. Neles vemos o religioso elencando os elementos culturais que a comunidade religiosa atribui as edificações. Nessa documentação vemos esse sujeito assumindo a posição de 'próximo' (RICOEUR, 2007) autorizado pela comunidade a transpor a sua memória individual sobre o passado para a condição de memória coletiva a ser assumida pela comunidade.

Nessa memória coletiva consolidada na documentação arquivada o primeiro e principal valor atribuído a essas edificações é sua vinculação a Ordem dos Carmelitas que os edificou e os utiliza. Para entender essa primazia precisamos lembrar que o próprio autor também é um frei carmelita que administrou e habitou o mosteiro. Ou seja, vemos aqui o então SPHAN mobilizando um membro da comunidade ligada ao bem para registrar traços do passado que julga significativos, os significados simbólicos dessas edificações que merecem ser repassados para o presente.

A segunda linha de argumentação utilizada pelo Frei Pratt é a vinculação dos elementos arquitetônicos das edificações ao estilo barroco. O destaque à volumetria das edificações e seus adornos produz uma vinculação deste bem cultural ao estilo arquitetônico barroco. Vemos aqui o membro da comunidade religiosa minimizando as sucessivas intervenções construtivas ocorridas e reforçando uma originalidade barroca valorizada pelos agentes do Estado na política de preservação.

Uma terceira linha de argumentação é a vinculação do templo ao período da ocupação holandesa. De um lado se destaca a possibilidade de o mosteiro ser edificado sobre um antigo palácio batavo; de outro se minimiza o fato do financiador da capela inicial ser justamente o capitão das tropas que expulsaram as forças invasoras. Nota-se ainda o silêncio sobre a presença de Frei Caneca, líder revolucionário liberal do início século XIX, no mosteiro. Entendemos que estes destaques acompanham a produção historiográfica da década de 1940 que preferia destacar o período holandês e minimizar as revoltas liberais do passado pernambucano.

Nossa reflexão sobre as práticas de preservação adotadas pelo então SPHAN percebe o uso de fontes históricas para reconstituir o processo histórico vivido pelo bem tombado. Ao mesmo tempo observa a incorporação de valores e significados construídos pela comunidade que utiliza o bem cultural. Evidenciamos, portanto, que a política pública de preservação não se faz descolada nem da produção historiográfica nem da memória social da comunidade.

Em seu conjunto, a análise da documentação do Arquivo Geral do IPHAN sobre o processo de tombamento do Conjunto Arquitetônico do Carmo do Recife nos permite identificar que o processo de significação desses bens culturais se apoia tanto na produção historiográfica disponível no momento em que foi realizado o estudo como na memória social da comunidade que os utiliza. Percebemos que se realizou uma pesquisa histórica e documental que permitiu a construção de uma narrativa do passado com base em fontes documentais. Mas também mobilizou um intelectual ligado a comunidade carmelita, o frei André Pratt, para sistematizar sua percepção dos valores desses bens culturais. Com essa escolha sistematiza uma versão sobre o processo histórico dessas edificações – e dos processos históricos em que elas estiveram envolvidas – que se transporta para a memória social da comunidade.



## Referências

- A PROVÍNCIA. RECIFE, 1910-1920. (Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional)
- ALBUQUERQUE, Júnior Durval Muniz de. *A invenção do nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2011.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no nordeste*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1998.
- ANNAES da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. vol. 28. *Informação Geral da Capitania de Pernambuco*. p. 414. 1928.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Legislação sobre patrimônio cultural*. Brasília: Edições Câmara, 2010.
- CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2014.
- CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: socio gênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2009.
- COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Anais Pernambucanos*, Arquivo Público Estadual, Recife, v. 4. p. 163-172, 1952.
- COSTA, Francisco Augusto Pereira; *A ordem carmelitana em Pernambuco*. Recife: Fundarpe, 1976.
- COSTA, Valéria Gomes. *É do dendê! História e memórias urbanas da Nação Xambá no Recife (1950-1992)*. São Paulo: Annablume, 2009.
- COUTO, D. Domingos do Loreto. *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco*. Vol. 1. Livro III. Cap. 6. p. 163.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1997.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. São Paulo: Global, 2004.
- FUNDARPE. Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco. *Patrimônios de Pernambuco: materiais e imateriais*. Recife: Fundarpe, 2009.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.
- GRILLO, Maria Ângela Farias. *A arte do povo: histórias na literatura de cordel (1900/1940)*. São Paulo: Paco Editorial, 2015.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 1990.
- HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiência do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- IAHGP. Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco. Museu [Online]. Disponível em: <http://www.iahgp.com.br>. Acesso: 23 fev. 2017.
- ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA. Rio de Janeiro, nº 3, 1922. (Revista do IHGB).
- IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Processo de Tombamento 125-T-38. Igreja da Ordem Terceira de Nossa senhora do Carmo*. Arquivo do IPHAN. Fundo Inventário Caixa 346.
- IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Processo de Tombamento 148-T-38. Convento e Igreja de Nossa Senhora do Carmo*. Arquivo do IPHAN Fundo Inventário, Caixa 310, 225.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1996.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regimen representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1948.



- LIMA, Oliveira; FREYRE, Gilberto. *Pernambuco: seu desenvolvimento histórico*. Recife: Sec. de Educação e Cultura, 1975.
- MAIOR Jr., Frank Sósthene da Silva Souto. *Da boca da noite à barra do dia: as representações do cavalo marinho: o caso do boi ventania de Feira Nova - PE*. Recife: Ed. da UFRPE, 2014.
- MEDEIROS, Bartolomeu Tito F. *Nossa Senhora do Carmo do Recife: a brilhante Senhora dos muitos rostos e sua festa*. Recife: Programa de Pós-Graduação de Antropologia, UFPE, 1987.
- MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Um mascate e o Recife: a vida de Antonio Fernandes de Matos no período de 1671-1701*. Prefeitura da Cidade do Recife, Secretaria de Educação e Cultura, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981.
- MELO, José Antônio Gonçalves de. *Um mascate e o Recife. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, Secretaria de Educação e Cultura, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981*.
- OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de; RIBEIRO, Emanuela Sousa. *Barroco e rococó nas igrejas de Recife e Olinda*. Brasília, DF: IPHAN, 2015. 2 v.
- PACHECO, Ricardo de Aguiar. Um templo e seus tempo: a Igreja de São José do Ribamar. *Museologia e interdisciplinaridade*, p. 213-226, 2016.
- PACHECO, Ricardo de Aguiar. O Patrimônio histórico: objeto de pesquisa do historiador. *História Unicap*, v. 4, n. 7, p. 5-14, 2017.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de outra história: imaginando o imaginário. *Revista Brasileira de História*, v. 15, n. 29, p. 9-27, 1995.
- POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
- PRATT, Fr André. *Notas históricas sobre as missões carmelitas no extremo norte do Brasil séculos XVII a XVIII*. Recife, 1941. (Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco).
- RICOEUR, Paul. *A história, a memória, o esquecimento*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2007.
- SANTOS, Diego Gomes dos. *Patrimônio: herança ou interesses ? um estudo sobre a política cultural aplicada ao patrimônio cultural de Pernambuco (1979-2010)*. Monografia (Programa de Pós-graduação em História Social da Culutra Regional) – UFRPE, Recife, 2015.
- GALVÃO, Sebastião de Vasconcelos. *Dicionário corográfico, histórico e estatístico de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1921.
- SILVA, Nátalli Emanuelli Araújo da. *Nos fragmentados degraus do tempo: por uma história e memória do patrimônio de Vila Velha de Itamaracá*. Monografia (Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura Regional) – UFRPE, Recife, 2014.

